

JAMES PETRAS

Imperialismo e resistência na América Latina

O artigo discute a polarização entre os construtores do império, e seus regimes vassalos, e os movimentos de massa. A análise das transformações históricas na América Latina permite delinear as lutas presentes e futuras: fontes de energia; questão agrária; desemprego; direitos humanos. O autor conclui que uma solução progressista para as principais questões de nossos dias requer a derrota do projeto imperial.

James Petras: Professor de Sociologia em Binghamton University e editor-participante da revista *Latin America Perspectives*.



The article discusses the polarization between empire builders, and their vassal regimes, and mass movements. The analysis of the historical shifts in Latin America is important to delineate present and future struggles: energy sources; the agrarian question; unemployment; and human rights. The author concludes that a progressive resolution to major questions of our time requires the defeat of the imperial project.

1 INTRODUÇÃO

Foi bastante apropriado o fato de a Cúpula Presidencial Ibero-Americana (CPIA) ocorrer na Bolívia no final do ano de 2003. Apenas algumas semanas antes, a Bolívia foi o cenário de uma histórica e talvez pioneira confrontação entre uma elite neoliberal corrupta, apoiada pela Embaixada estadunidense e as Forças Armadas, e camponeses, trabalhadores, estudantes e pobres urbanos, engajados em retomar o controle soberano sobre as fontes energéticas e mercados locais. Não é acidental o fato de que a CPIA se realize em Santa Cruz de la Sierra, a única cidade em toda Bolívia onde o presidente fugitivo tentou provocar um golpe de Estado com o apoio dos empresários. O levante popular de outubro de 2003 tem verdadeiras dimensões heróicas, mas é apenas a onda inicial de uma luta continental que está surgindo na América Latina.

Para entender esta nascente confrontação, é importante investigar brevemente os protagonistas da mudança, a natureza da polarização entre os construtores do Império e seus regimes vassalos, de um lado, e os movimentos político-sociais de massa, de outro, situando os fatos no contexto das transformações históricas no poder durante as recentes décadas. Esse contexto político é importante para delinear o campo de batalha fundamental - e as questões ao redor das quais as lutas presentes e futuras ocorrerão. Isto inclui a batalha pelo gás, petróleo e por outras fontes de energia; a questão agrária em todas as suas manifestações, da distribuição de terras à autodeterminação dos cultivos (incluindo a coca), à proteção dos mercados locais e à promoção da segurança alimentar nacional; o problema do exército de trabalhadores urbanos permanentemente desempregados; a centralidade de direitos humanos sustentáveis, a questão da justiça social e a impunidade da elite.

Na conclusão, demonstraremos por que o imperialismo é a questão central de nosso tempo. Em cada uma das principais

questões sociais, políticas e econômicas de nossos dias, uma solução progressista requer a derrota do projeto imperial.

2 A VIRADA DA MARÉ

Há indicadores empíricos significativos de que a maré está virando contra os regimes-clientes apoiados pelos EUA na América Latina, apesar de ocorrer a um custo alto e sangrento. Na Bolívia, uma aliança de classe de vários milhões de bolivianos derrubou o governo de Sanchez de Losada, em outubro de 2003, e impôs um prazo de 90 dias para o sucessor Meza renacionalizar o gás e as fontes de energia, revogar o programa de erradicação da coca e implementar outras demandas populares. O custo foi elevado: 81 bolivianos mortos e 400 seriamente feridos. Na vizinha Colômbia, o referendo promovido pelo presidente Uribe, pelos EUA e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), falhou na obtenção do mínimo de 25% do eleitorado e foi sonoramente derrotado, bloqueando, portanto, a agenda neoliberal de austeridade e privatização de Uribe. Um candidato de centro-esquerda também derrotou o indicado por Uribe para a Prefeitura de Bogotá, o segundo mais importante cargo político do País. O programa de contra-insurgência de Uribe tem falhado em conseguir ganhos significativos contra as guerrilhas, mesmo com os paramilitares continuando a matar e expulsar milhares de camponeses nas áreas em disputa.

Na Venezuela, os esforços patrocinados pelos EUA para remover violentamente o regime democraticamente eleito do presidente Hugo Chávez, por meio de representantes locais, foram derrotados duas vezes por uma aliança de pobres urbanos e setores militares constitucionalistas. Como resultado, Chávez “renacionalizou” a empresa estatal de petróleo, realocando seus lucros com investimentos estrangeiros para projetos sociais locais em educação, saúde, casas populares

de baixo custo para os pobres e reforma agrária para os camponeses sem-terra – 100.000 beneficiários em 2003.

Na Argentina, um levante popular de massa, em dezembro de 2001, e mobilizações urbanas ao longo de 2002-2003 levaram a uma drástica redução nos pagamentos da dívida, uma diminuição nos preços da eletricidade, gás e outros serviços públicos e ao início de uma reforma do corrupto e repressivo Estado, deixado pela ditadura militar e pelos venais regimes civis neoliberais de Menem, De la Rúa e Duhalde. No Peru, Equador e Brasil, os movimentos de massa se reagrupam para retomar seus projetos de transformação social após as guinadas à direita da ortodoxia neoliberal, pelos presidentes pseudopopulistas Lucio Gutiérrez, no Equador, Lula, no Brasil e Toledo, no Peru. O apoio a Toledo despencou a um dígito; Gutiérrez perdeu o apoio dos principais sindicatos e organizações indígena-camponesas e se aliou à extrema-direita, com o Partido Social Cristão, de Febres Cordero. No Brasil, para o desapontamento de muitos de seus 50 milhões de eleitores, Lula tem adotado uma versão extrema do “programa de ajuste” neoliberal do FMI, esfacelando programas sociais, reprimindo ativistas rurais, cortando aposentadorias de funcionários públicos e distribuindo terras para menos de 5% dos 60.000 trabalhadores rurais sem-terra que prometera assentar em seu primeiro ano de mandato. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), os funcionários públicos, os operários da indústria automobilística e muitos outros setores populares já estão em greve, preparando ocupações massivas de terras e organizando outro partido político.

A insurreição popular no ano de 2003 representa a quarta onda de lutas populares ao longo do último meio século. A primeira abarcou o período entre 1959 a início dos anos 1970 – começando com o sucesso da revolução cubana e terminando com a derrota dos socialistas e populistas e a imposição das ditaduras militares no Cone Sul. A segunda onda cen-

trou-se na América Central e começou com a Revolução Sandinista de 1979, terminado com sua derrota nas eleições de 1990 e a consolidação dos regimes pró-EUA na Nicarágua, Guatemala e El Salvador. A terceira começou no fim dos anos 1990 e terminou em 2002, uma mistura de movimentos populares de massa e coalizões eleitorais entre personalidades e partidos pseudopopulistas. A quarta, que rapidamente ganha força, está crescentemente ligada a movimentos político-sociais na América Latina. Estes incluem coalizões de camponeses, índios, desempregados urbanos e trabalhadores, engajadas em atividades extraparlamentares.

A questão unificadora desta quarta onda de levante popular é sua oposição à recolonização da América Latina pela Associação do Livre Comércio das Américas (ALCA). O que torna estes movimentos singulares é sua independência do controle eleitoral partidário, seu amplo escopo continental e suas poderosas redes internacionais de solidariedade por meio de vários fóruns sociais e organizações. O mais importante são suas profundas raízes nos movimentos locais e o envolvimento em lutas concretas, com base em uma análise derivada das especificidades históricas, culturais, da estrutura de classes, étnicas e de gênero em cada país.

3 O CONTEXTO HISTÓRICO PARA A RECOLONIZAÇÃO DA AMÉRICA LATINA (ALCA)

Os avanços e retrocessos dos regimes pró-EUA e dos interesses econômicos imperiais ocorrem em relação inversa à força dos movimentos populares e regimes socialmente progressistas ao longo do último meio século. A primeira onda de regimes apoiados pelo Império constituiu-se principalmente das ditaduras anticomunistas altamente repressivas durante os anos 1950: Batista (Cuba), Somoza (Nicarágua), Trujillo (República Dominicana), Odria (Peru), Perez Jimenez (Venezue-

la) e Armas (Guatemala). Eles foram os precursores dos governantes civis e militares neoliberais do final do século e serviram essencialmente para abrir as portas à primeira invasão do capital estadunidense e para prover apoio incondicional aos EUA na Guerra Fria. Os construtores do império estadunidense miraram-se nos regimes nacionalistas-populares e socialistas que surgiram e promoveram a propriedade nacional das fontes energéticas e empreendimentos públicos nas indústrias de base – Perón, na Argentina, Vargas, no Brasil, Allende, no Chile, e J.J. Torres, na Bolívia.

Os EUA intervieram e derrubaram regimes populistas nacionalistas através de golpes liderados por elites civis-militares locais e da invasão direta (República Dominicana, 1965). O resultado foi a implantação do modelo “neoliberal”, ou de acumulação de capital centrado no Império, no qual as empresas públicas foram privatizadas e vendidas a multinacionais européias e estadunidenses. E, ainda, os mercados locais foram invadidos por exportações subsidiadas e o endividamento externo contraído por governantes corruptos foi alavancado para minar qualquer estratégia de desenvolvimento nacional justo.

Os anos 1980 testemunharam a transição das ditaduras militares a autoritarismos civis-eleitorais, o aprofundamento do “modelo neoliberal” e a massiva transferência de lucros, juros, *royalties* e fundos adquiridos ilicitamente aos EUA e União Européia. A consolidação de regimes neoliberais levou ao desmantelamento dos sistemas de bem-estar social, desemprego urbano massivo, grande aumento do êxodo rural para escapar da miséria absoluta no campo, ampliação dos níveis de pobreza para mais de 50% e crescente desencanto das massas em relação ao modelo de acumulação centrado no Império.

O período entre 1990-2001 testemunhou a derrubada popular de dois presidentes neoliberais no Equador, outro no Brasil (Collor), o quarto na Venezuela (Carlos Andrés Perez); prelúdios à derrubada de políticos autoritários e corruptos no

Peru (Fujimori), na Argentina (De la Rúa) e na Bolívia (Sanchez de Losada) nos primeiros anos do novo milênio.

Apesar de o neoliberalismo continuar a prover lucros extraordinários para as multinacionais estadunidenses e européias e para as elites locais multimilionárias, ele não é social ou politicamente sustentável. O declínio e a decadência do neoliberalismo são evidentes nas taxas negativas de crescimento *per capita*, na descapitalização das economias, no declínio do consumo doméstico de massa, no aprofundamento das crises agrícolas (exceto pelos *enclaves* exportadores), nos exorbitantes pagamentos da dívida que minam quaisquer investimentos públicos na economia ou em programas sociais.

4 NEOLIBERALISMO EM CRISE: RENACIONALIZAÇÃO OU RECOLONIZAÇÃO

A ALCA é a proposta estadunidense à declinante sorte do neoliberalismo e dos Estados fracassados associados à sua implementação. A ALCA significa a transferência de soberania a uma comissão dominada pelos EUA. Esta comissão estabelecerá as estruturas legais, econômicas e políticas para a implementação em longo prazo e em larga escala dos interesses imperiais estadunidenses. A ALCA levará ao definhamento de todas as funções legislativas e executivas latino-americanas e à sua total subordinação ao controle estadunidense. O objetivo econômico imediato da ALCA será privatizar as áreas lucrativas restantes de propriedade nacional, empresas petrolíferas e de telecomunicações venezuelanas, mexicanas e equatorianas, e a privatização da saúde pública, educação e serviços sociais. A ALCA também significará a continuidade da proteção de setores não competitivos agrícolas e de manufaturas estadunidenses, a continuação dos subsídios aos exportadores estadunidenses – e a monopolização do comércio – para privilegiá-los em comparação aos produtores europeus e asiáticos.

Para defender a ALCA como um projeto de recolonização, os construtores do império estadunidense estão militarizando a região via Plano Colômbia, construindo extensas redes de bases militares e aumentando o contato político-pessoal entre oficiais militares por meio de “exercícios militares conjuntos”. O aumento dos conflitos sociais e do levante popular de massas não é apenas uma resposta a depredações presentes e passadas, mas ao futuro projeto de recolonização, envolvendo o controle de recursos energéticos (como o gás boliviano), a destruição e remoção do campesinato rural e a “solução final” para a autodeterminação nacional e a soberania popular.

A crise do neoliberalismo e a transição à recolonização, contudo, ocorre em terreno altamente contestado política e socialmente: a emergência da “quarta onda de movimentos político-sociais” e a relativa fraqueza e isolamento dos regimes vassalos pró-ALCA. A Bolívia abriu o caminho, primeiro ao derrubar o governo corrupto de Sanchez de Losada e ao apontar uma direção alternativa: a renacionalização das fontes energéticas e a proteção e autodeterminação de seus produtores agrícolas. Os métodos bolivianos de mudança e demandas programáticas têm profunda ressonância entre as populações da América Latina, crescentemente desencantadas com líderes políticos eleitos cujas campanhas eleitorais e promessas são diametralmente opostas às suas práticas no poder.

5 A AGENDA DA QUARTA ONDA DE MOVIMENTOS POLÍTICO-SOCIAIS

A peça central das emergentes lutas político-sociais reside em um conjunto de questões, cada uma envolvendo diretamente conflitos entre elites locais e construtores do império estadunidense, de um lado, e indígenas, camponeses, trabalhadores, desempregados e juventude, de outro.

A vanguarda da luta Império *versus* população é a batalha pelo gás, petróleo e outras fontes de energia. Uma vitória do Império – a privatização dos recursos – abrirá as portas para a completa tomada da economia e fornecerá um poderoso recurso para financiar a dominação imperial e suas elites vassalas. Uma vitória da população – a derrota do imperialismo – no controle das fontes energéticas resultaria no fornecimento de recursos para financiar o investimento público em infra-estrutura, interligando os mercados locais e provendo empregos, financiamento para a reforma agrária e programas sociais, e para modernizar os serviços sociais, de saúde e de educação. Igualmente importante, a renacionalização poderia dar o estímulo necessário à reversão de outras privatizações e desnacionalizações ilegais e de alto custo, aumentando o alcance e profundidade do controle público e popular sobre a economia. Gás e petróleo não são apenas fontes de riquezas, mas também símbolos da luta por desenvolvimento autônomo e da defesa da identidade nacional.

A força motriz do atual levante popular e os mais organizados e conscientes movimentos sociais encontram-se nas áreas rurais da América Latina. A questão central é agrária, em suas múltiplas e complexas formas, variando de demandas pela reforma agrária no Brasil às demandas dos cocaleiros, na Bolívia, Peru e Colômbia, pelo direito de plantar e comercializar a folha de coca. A luta fundamental é entre pequenos agricultores, trabalhadores rurais sem-terra e fazendeiros médios, produzindo comida para mercados locais contra os agroexportadores, importadores comerciais e grandes agroexportadores subsidiados na Europa e Estados Unidos. As questões são muitas – mais de três quartos dos subsídios para créditos, assistência técnica e direitos à água são alocados pelos governos neoliberais aos setores agroexportadores, enquanto os camponeses e pequenos agricultores são forçados a tomar empréstimos a taxas altíssimas de agiotas

locais, grandes latifundiários e atravessadores. No Brasil, Paraguai e Colômbia, extensos latifúndios, muitas vezes com terras não cultivadas, coexistem com milhões de trabalhadores sem-terra e agricultores de subsistência. Na Colômbia e no Brasil, centenas de milhares de camponeses são desapropriados e centenas são assassinados a cada ano por exércitos privados de grandes proprietários de terras protegidos por sistemas judiciais corruptos. Essa mesma “justiça de classe” prende milhares de ativistas camponeses, buscando corrigir as injustiças de seus apoiadores. A questão da pobreza rural somente pode ser corrigida confrontando a concentração de riquezas, terras e créditos. A questão agrária é a mais explosiva, capaz de detonar conflitos sociais de longo prazo e larga escala.

A terceira área de lutas de massa está entre a crescente massa de desempregados urbanos concentrados em todas as principais cidades. Entre 40 e 80% da força de trabalho da América Latina está desempregada ou empregada em atividades econômicas precárias, incapazes de sustentar uma renda adequada. Movimentos de ocupação de terras em grande escala na periferia das cidades por sem-tetos, no Brasil, o massivo bloqueio de rodovias por organizações de trabalhadores desempregados, na Argentina, e o levante urbano em El Alto, Bolívia, são sintomáticos da explosividade dos pobres urbanos. A questão-chave afetando emprego-desemprego é a descapitalização da América Latina via onerosos pagamentos da dívida a bancos estrangeiros, a repatriação de lucros pelas multinacionais e a convivência de bancos dos EUA e União Européia na transferência de bilhões em recursos adquiridos ilegalmente por bancos, políticos e elites econômicas locais. Outra fonte de desemprego é a queda nas barreiras tarifárias e a inundação dos mercados locais com produtos subsidiados dos EUA e União Européia, bem como de multinacionais exportando de plataformas de trabalho barato na China. O subemprego inclui trabalhadores de fábricas que perderam

suas ocupações e jovens entrando no mercado de trabalho e que nunca foram empregados. Os recentes levantes na Bolívia e Argentina, bem-sucedidos na derrubada de regimes vasalvos dos EUA, e a mobilização popular que devolveu o presidente Chávez ao poder na Venezuela, foram majoritariamente compostos de subempregados urbanos em vez de sindicatos de operários.

A quarta área de lutas de massas está na esfera dos direitos humanos, entendidos de forma abrangente. Movimentos de massa contra a impunidade de funcionários de governo implicados em massacres, genocídios, tortura e prisões vêm ocorrendo, especialmente na Argentina, Bolívia, Peru, Paraguai e Colômbia. Campanhas de larga escala para libertar ativistas políticos e sociais presos estão acontecendo no Brasil, Colômbia e outros lugares. A luta contra a impunidade de assassinos políticos passados dirige-se à prevenção da reincidência – a repetição dos crimes pelos mesmos oficiais hoje e no futuro. O maior número de ex-torturadores, ex-ditadores, ex-militaristas da América Latina se encontra em confortável exílio nos EUA, particularmente em Miami, detentora da maior concentração *per capita* de terroristas latino-americanos do mundo.

Já que a maioria dos crimes contra os direitos humanos é o resultado de governantes protegendo privilégios, extensas propriedades e pilhagem de recursos nacionais por elites minoritárias, a mais efetiva defesa de direitos humanos sustentáveis requer a transformação das estruturas estatais e a redistribuição das riquezas e das propriedades a um controle majoritário – por trabalhadores, camponeses e outros profissionais. A continuidade das violações aos direitos humanos, a persistência da criminalização dos movimentos sociais e a impunidade das elites sob os governos recém-eleitos de Lula, Gutierrez e Toledo sugerem que os direitos humanos não se-

rão respeitados com a mudança de presidentes se ela não for acompanhada de mudança estrutural.

6 IMPERIALISMO ESTADUNIDENSE: NO OLHO DO FURACÃO

Desde a queda dos regimes comunistas, Washington tem expandido sua influência sobre a maioria dos antigos países comunistas – desde o Báltico, atravessando a Europa Oriental, aos Bálcãs, e além para a Ásia Central e Sul da Ásia, por intermédio de guerras, invasões e operações secretas. O império estadunidense inclui quase 50% das 500 maiores multinacionais e bancos, 120 bases militares ao redor do mundo e centenas de missões militares. A ALCA forma parte integral da Doutrina Bush de dominação global. Apesar disso, esse Império não é onipotente, o poder mundial não é “unipolar”, nem o império é onipresente. No Iraque, o regime colonial-colaboracionista enfrenta resistência popular massiva, com dúzias de conflitos armados, diariamente, e registros de soldados estadunidenses feridos e mortos toda semana. A resistência também cresce no Afeganistão colonizado. Na América Latina, as projeções de poder dos EUA foram derrotadas na Venezuela, Colômbia e Bolívia. A resistência popular derrotou dois golpes orquestrados pelos EUA na Venezuela, o “Plano Colômbia” na Colômbia e o entreguismo do gás boliviano por Sanchez de Losada.

O custo da construção imperial de Washington mina a economia interna e o apoio político do regime, à medida que o preço das mortes de soldados sobe junto com os déficits orçamentários – enquanto os gastos sociais e os empregos industriais declinam. O “império cresce, mas a república declina” – esta é a maior contradição, juntamente com a contradição entre a ocupação colonial e a resistência anticolonialista no Iraque e na América Latina.

7 A CENTRALIDADE DA AMÉRICA LATINA PARA O IMPÉRIO AMERICANO E A CENTRALIDADE DO IMPÉRIO AMERICANO NA REGRESSÃO DA AMÉRICA LATINA

As políticas e práticas das principais instituições políticas e econômicas estadunidenses são o centro dos maiores problemas enfrentados pela América Latina. A noção de “centralidade” do Império não nega o papel negativo de especuladores, políticos corruptos, proprietários de terras, empresários exploradores e oficiais militares autoritários locais. Ela torna claro, no entanto, que funcionários dos EUA elaboraram o modelo de acumulação centrado no Império que tem sido o centro da regressão das sociedades latino-americanas e da estagnação de suas economias.

A importância da América Latina para a construção do império estadunidense se encontra em três áreas gerais: comércio, margens de lucro e controle energético e de outros recursos estratégicos. Os Estados Unidos têm crescente e insustentável déficit comercial com a Ásia e a Europa; a única região na qual os EUA têm um superávit líquido em conta é a América Latina. Se não fossem os superávits comerciais e de serviços com a América Latina, a balança comercial negativa estadunidense ameaçaria o dólar americano e talvez contribuisse para acelerar a crise fiscal. A ALCA é vista pelos EUA como um mecanismo de manutenção e expansão deste superávit em face da sofrível competitividade com outras regiões. Em segundo lugar, as margens de lucro dos Estados Unidos, particularmente em finanças e bancos, mas também em fábricas intensivas em mão-de-obra, energia e comércio, estão acima da taxa média de retorno nos EUA. Entre 1990-2000, mais de 900 bilhões de dólares (\$900.000.000.000) foram transferidos aos Estados Unidos em pagamento de juros, *royalties*, lucros e dinheiro ilegal transferido por elites locais corruptas. A América Latina, em especial México, Venezuela

e Equador, é a principal fonte de importações energéticas necessárias ao sustento da economia estadunidense – particularmente em tempos de guerra e resistência popular no Oriente Médio e Sul da Ásia.

Dadas estas preocupações estratégicas – todas as quais são material de construção básico para o império estadunidense – a pressão dos EUA pela ALCA torna-se perfeitamente compreensível: ela fornece aos EUA um controle colonial direto sobre os superávits latino-americanos ao moldar as políticas comerciais em seu favor, assegurando a extração continuada de pagamentos de juros e tomando as fontes de energia por meio de privatizações.

As instituições e tomadores de decisões imperiais estadunidenses são o centro da luta de classes na América Latina em três áreas de grande significância histórica.

Os EUA e seus auxiliares nas Instituições Financeiras Internacionais (IFI's), como o FMI, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), são os arquitetos e principais promotores e beneficiários da ideologia e práticas neoliberais. A luta contra o neoliberalismo envolve a confrontação direta com os regimes locais, implementando essas políticas e indiretamente, mas ainda mais significativamente, o ataque às IFI's e seus padrões em Washington e na Europa.

Os Estados Unidos são a principal força pressionando pela rápida imposição da ALCA e os principais beneficiários da recolonização da América Latina. A crescente massa de oposição à ALCA é uma “mensagem codificada” de oposição à reconquista imperial da América Latina pelos EUA e seu efeito mais extremo, a negação dos direitos dos cidadãos latino-americanos e ao definhamento da soberania nacional.

Os principais conflitos por verbas hoje e no passado têm envolvido a tomada ou tentativa de tomada das fontes energéticas latino-americanas pelos Estados Unidos. O maior e

mais sangrento dos confrontos recentes entre movimentos populares latino-americanos, e os comparsas dos Estados Unidos deram-se na Bolívia e na Venezuela – pelo controle do petróleo e do gás. O comportamento violento de governantes apoiados pelos EUA, um golpe na Venezuela e os massacres na Bolívia nos mostram bastante sobre a base política profundamente autoritária do estilo de recolonização da ALCA.

Em “análises setoriais” mais específicas, encontramos o impregnante impacto negativo do imperialismo – particularmente naquelas áreas problemáticas discutidas anteriormente neste artigo: a questão agrária, desemprego, direitos humanos e recursos energéticos.

8 IMPERIALISMO E A QUESTÃO AGRÁRIA

Existem cinco áreas onde os interesses imperiais têm tido impactos negativos nos agricultores, camponeses e sem-terras latino-americanos.

a) Pequenos agricultores e camponeses têm empobrecido e sido expulsos de suas terras pelas exportações subsidiadas de comida dos EUA e pelo apoio geral estadunidense à eliminação de barreiras tarifárias que protegem os produtores locais.

b) Agências policiais estadunidenses como o DEA (Departamento de Estado Americano) impõe o rótulo de tráfico de drogas a produtores de coca, que não produzem drogas viciantes, não as consomem nem recebem mais do que 5% do seu preço final nas ruas das cidades estadunidenses. O programa de erradicação das drogas dos EUA expõe a risco as vidas de centenas de milhares de famílias camponesas e prejudica as economias de cinco vezes esse número de serviços comerciais e indústrias que dependem dos gastos dos produtores de coca, sem mencionar as perdas de receitas públicas que poderiam financiar o desenvolvimento e o emprego.

c) O êxodo massivo e a “urbanização forçada” de milhões

de camponeses na Colômbia, América Central e outros lugares é o resultado dos bilionários programas de contra-insurgência que aterrorizam o campo, destroem propriedades produtivas e minam a confiança dos investidores em investimentos de capital que poderiam criar empregos.

d) A militarização sistemática da política latino-americana pelo Pentágono, particularmente em áreas rurais, e a aliança entre donos de terras, barões da madeira e chefes políticos de direita levam ao crescimento de um “déficit de alimentos”, já que a maioria dos produtores de gêneros alimentícios básicos para consumo local é de pequenos agricultores afetados negativamente pela militarização estadunidense do campo.

e) Finalmente, a insistência dos EUA e das IFI's no pagamento completo e imediato da dívida drena os cofres dos governos locais – fundos que poderiam ter sido usados para fornecer créditos, comprar terras para reforma agrária ou subsidiar a produção de alimentos.

De fato, não é nenhuma surpresa - dado o abrangente e profundamente adverso envolvimento do imperialismo estadunidense em todos os aspectos da agricultura - que os camponeses, índios e trabalhadores sem-terra estejam na vanguarda dos movimentos sociais opostos ao imperialismo dos EUA em suas várias encarnações, como “neoliberalismo”, “ALCA” e “pagamento da dívida”.

Petróleo e gás são de importância estratégica para o Império e também para as populações empobrecidas da América Latina. A questão é clara: os enormes lucros e receitas do gás e do petróleo e o uso e o processamento da energia têm importantes implicações na sustentação do Império ou, da perspectiva da população, no financiamento da atividade produtiva, saúde, educação, emprego e atividades relacionadas a indústria e agricultura. As questões fundamentais são a pos-

se, a direção e a alocação. O império estadunidense quer que suas multinacionais possuam, lucrem e dirijam o petróleo para servir à economia estadunidense. Os movimentos populares querem a propriedade nacional sob controle democrático para reinvestir os ganhos petrolíferos na multiplicação do crescimento econômico e social dentro de seus países e para suprir com energia barata suas casas, fazendas e fábricas.

9 DESEMPREGO E IMPERIALISMO

O Modelo de Acumulação de Capital Centrado no Império (MACCI), mais conhecido como “neoliberalismo”, está envolvido no aprofundamento e extensão do desemprego, tanto nas áreas rurais como urbanas. As exportações subsidiadas por Washington e a proteção de produtores e fabricantes locais não competitivos levam a falência aos agricultores e fecham os mercados aos produtores latino-americanos, aumentando o número de desempregados em milhões. O MACCI elimina a proteção de fabricantes locais, levando a demissões em massa de trabalhadores à medida que industriais se voltam para atividades comerciais como a venda de importados baratos. Do mesmo modo, o processo de privatização conduz a demissões em massa e ao crescimento nos custos de energia, tornando usuários locais não-competitivos nos mercados interno e externo. Finalmente, as demandas de banqueiros e das IFI’s por pagamento total e imediato das dívidas retiram do Estado recursos que financiariam serviços públicos e investimentos de capital, o que, por sua vez, leva a demissões massivas de empregados dos serviços públicos e prejudica a capacidade do Estado de criar empregos e financiar a reforma agrária que poderia absorver o excesso populacional rural.

Enquanto a corrupção e a incompetência de funcionários locais e a fuga de capital de investidores locais são importan-

tes fatores de contribuição, a estrutura político-econômica dominante que gera desemprego é desenhada e reforçada pelas agências imperiais dos EUA e seus auxiliares nas IFI's.

10 IMPERIALISMO E DIREITOS HUMANOS

A mais flagrante e óbvia ligação entre o imperialismo e os profundos problemas estruturais encontrados na América Latina está na área de direitos humanos. Todas as principais instituições estatais e paraestatais – militares, polícia, inteligência e seus auxiliares nas forças paramilitares – envolvidas em violações de direitos humanos recebem armas, treinamento, doutrinação, financiamento e forte apoio político das agências equivalentes nos Estados Unidos. Seja através do Plano Colômbia, das bases militares estadunidenses na América Latina ou da flagrante intervenção direta da Embaixada dos Estados Unidos na promoção de golpes e repressão, o Estado imperial estadunidense é profundamente cúmplice de crimes contra a humanidade, seja a promoção do assassinato de 300.000 civis na América Central durante os anos 1980, a matança de 30.000 camponeses na Colômbia nos anos 1990 ou o massacre e a repressão de centenas na Bolívia em 2003.

Como o caso da atual residência do ex-presidente Sanchez de Losada, em Miami, indica, os EUA fornecem abrigo e refúgio a fugitivos e bandidos, escapando de processos judiciais por abusos dos direitos humanos e pilhagem dos cofres públicos, tornando os Estados Unidos cúmplices de seus crimes.

11 CONCLUSÃO

É bastante apropriado o fato de que haja duas conferências em Santa Cruz, Bolívia. Uma, a Cúpula Presidencial Ibero-Americana, representa os interesses dos construtores imperiais estadunidenses e europeus e seus Estados vassalos, enquanto a conferência alternativa reúne a resistência popular

ao Império – as forças lutando por uma profunda transformação social. Está claro que a correlação de forças na América Latina e no mundo está lenta e inexoravelmente mudando contra o imperialismo: após os discursos triunfais seguintes à invasão e ocupação do Iraque, hoje ouvimos a crescente resistência popular anticolonial, crescentes baixas americanas e descontentamento no coração do Império. Na América Latina, a ascensão e queda de “presidentes” vassalos se acelera: em questão de meses, os recém-eleitos, aclamados pela grande mídia como os “novos salvadores”, rapidamente sucumbem às demandas de seus patrões imperiais e confrontam camponeses, trabalhadores desempregados, mulheres, jovens e indígenas cada vez mais mobilizados. Suas taxas de avaliação popular caem a um dígito. A Bolívia é emblemática desse acelerado processo de mudança: Sanchez de Losada foi derrubado em menos de dois anos; Carlos Meza, o presidente interino, seguindo ordens do embaixador dos Estados Unidos, declarou guerra aos cocaleiros e pode não durar além do mandato de 90 dias concedido pelo plebiscito popular.

Enquanto os movimentos populares avançam com retrocessos, baixas e conquistas, também avança o império na preparação de golpes militares, massacres e a corrupção de líderes populares. Grandes batalhas estão no horizonte. Estamos testemunhando um período de lutas massivas, repressão violenta, intervenções grosseiras e monstruosas distorções na grande mídia, convertendo carrascos em vítimas. Os movimentos, porém, estão avançando, dolorosamente mas resolutos, enterrando seus companheiros, cuidando dos feridos, encorajando os sobreviventes e aumentando sua solidariedade. No final, com organização, consciência e audácia, venceremos, não apenas porque a causa da liberdade e da igualdade é justa, mas porque nos atrevemos a lutar.